



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE CORDEIRÓPOLIS

**Lei nº 3.221**  
**de 10 de maio de 2021.**

**Dispõe sobre a alteração do Programa Municipal “Comida na Mesa” de Cordeirópolis, conforme especifica.**

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - Fica alterado o Programa Municipal “Comida na Mesa”, destinado às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou de redução de sua renda familiar, a ser regido conforme o disposto nesta lei.

**§ 1º** - O Programa de que trata o “caput” tem por finalidade proporcionar benefício para aquisição de gêneros alimentícios por meio de um cartão alimentação para que as famílias possam ser atendidas, conforme as necessidades básicas da família e de seus membros, possibilitando a busca da superação das vulnerabilidades.

**§ 2º** – Paras fins do disposto nesta Lei, consideram-se necessidades básicas, todas aquelas comuns a qualquer ser humano, voltadas para sua decente sobrevivência e supressão de suas necessidades fisiológicas e mentais.

**Art. 2º** - O Programa Municipal “Comida na Mesa” poderá complementar programas de transferência de renda ou similares, de outras esferas de governo que estejam em execução no Município de Cordeirópolis, bem como a redução de renda gerada pela aposentadoria do beneficiário.

**Parágrafo Único** - A instituição do Programa Municipal “Comida na Mesa” não exclui a concessão de benefícios eventuais pelo Município quando identificada, por meio de estudo psicossocial, a necessidade da família.

**Art. 3º** – O Programa Municipal “Comida na Mesa” tem como objetivos:

I – propiciar acesso aos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal e pelas demais legislações que a regulamentam;

II – contribuir no combate a pobreza, melhorando a qualidade e a regularidade da alimentação de quem vive em insegurança alimentar;

continua



III – garantir o cumprimento e a efetivação das leis federativas e das leis afetas a Assistência Social, Direitos da Mulher, Direitos da criança e do Adolescente, Direitos da pessoa com Deficiência e Direitos do Idoso;

IV – propiciar condições para melhoria da qualidade de vida do público alvo da Assistência social, visando a sua autonomia e a minimização dos impactos das desigualdades sociais por meio de ações integradas das políticas públicas.

V – promover o fortalecimento de vínculos familiares, nem como a convivência comunitária, por meio de atividades socioeducativas e de ações que fomentem a vivência coletiva;

VI – promover ações de formação pessoal, social e profissional, para fomentar o acesso e a integração dos usuários às políticas de trabalho e renda;

VII – manter a capacidade de renda de famílias que passam por uma queda da renda a partir do processo de aposentadoria.

**Art. 4º** – Os benefícios financeiros do Programa Comida na Mesa serão concedidos no valor entre R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), de acordo com a composição dos benefícios básico e variável

**Art. 5º** – Constituem benefícios financeiros do Programa Comida na Mesa:

I – Benefício básico para todas as famílias beneficiadas;

II – benefício variável I destinado às unidades familiares que possuem em sua composição familiar criança e/ou adolescente;

III – benefício variável II destinado às unidades familiares que possuem em sua composição familiar gestante e/ou nutriz com criança até seis meses de idade;

IV – benefício variável III destinado as unidades familiares que possuem em sua composição jovem ou adulto que estejam frequentando o EJA ou em um curso de capacitação e qualificação profissional ofertado pela Prefeitura Municipal e/ou por instituição reconhecida no Município;

V – benefício fixo – destinado a pessoas de baixa renda que, após processo de aposentadoria, tem queda na renda familiar, notadamente os egressos do serviço público municipal.

**§ 1º** – Para fins do disposto nesta Lei, considera-se família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

**§ 2º** – É vedada a concessão do benefício para membros integrantes de uma mesma família.

continua



**Art. 6º** – O benefício será concedido pelo prazo indeterminado, mediante avaliação técnica fundamentada, em conformidade com o regulamento.

**Art. 7º** – A permanência no programa deverá ser reavaliada periodicamente, com o objetivo de apurar a manutenção das condições da inclusão e de eventuais casos de interrupção e/ou exclusão.

**Parágrafo Único** – A forma e periodicidade da reavaliação serão previstas em regulamento.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS CRITÉRIOS PARA INSERÇÃO, INTERRUÇÃO E/OU EXCLUSÃO**

**Art. 8º** - Para a inserção no Programa Municipal “Comida na Mesa”, serão analisadas as condições de vulnerabilidade social e/ou risco social dos indivíduos e/ou famílias, observadas as seguintes condições e critérios, respeitadas as prioridades e exceções previstas em regulamento:

- I – ser residente e domiciliado no Município de Cordeirópolis;
- II – estar na faixa de renda da classe D ou E de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podendo admitir em alguns casos os membros da classe C em situações de vulnerabilidade social justificada;
- III – manter atualizada sua inscrição no Cadastro para Programas Sociais e, no caso de egresso do serviço público municipal, no sistema de recursos Humanos da Prefeitura Municipal;
- IV – estar referenciada junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em acompanhamento pelo PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e/ou PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos), ou no Processo de Acompanhamento de Aposentados do serviço Público Municipal;

**Parágrafo Único.** A forma de acesso ao programa será prevista em regulamento.

**Art. 9º** - São condições de interrupção e/ou exclusão do programa:

- I – mudança na condição de vida dos beneficiários que lhes possibilite autonomia ou pelo descumprimento das disposições previstas em regulamento;
- II – prestar declaração falsa, ou que usar de qualquer outro meio ilícito para obtenção de vantagens a seu favor ou de outrem, nos termos das condições previstas em regulamento;

continua



III – omissão, ocultação ou falsidade de dados e informações e/ou documentos exigidos para sua inserção no programa;

IV – desvio da finalidade do benefício;

V – aquisição de bebidas alcoólicas ou cigarros;

VI – comprovação de trabalho infantil na família;

VII – descumprimento de condicionalidades;

VIII – desligamento por ato voluntário do beneficiário ou por determinação judicial;

IX -ausência de saque dos benefícios financeiros por período superior a 3 (três) meses;

**§ 1º** – Comprovada a existência de trabalho infantil, o caso deverá ser encaminhado aos órgãos competentes;

**§ 2º** – Serão afetados apenas os benefícios variáveis em caso de descumprimento de condicionalidades de acordo com o inciso VII;

**§ 3º** - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o participante do programa que gozar ilicitamente da concessão do benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida, corrigida com base no índice oficial vigente

**Art. 10** – Os indivíduos e/ou famílias atendidos com o benefício previsto nesta Lei deverão cumprir as condições previstas na Política Municipal de Assistência Social e demais políticas de garantia de direitos, com vistas à aquisição de autonomia de renda e desenvolvimento de novas potencialidades.

### CAPÍTULO III DAS CONDICIONALIDADES

**Art. 11** – Ficam criadas as condicionalidades do programa comida na mesa decorrentes da concessão dos benefícios variados para os beneficiários do referido programa.

**Art. 12** – As unidades, familiares que tenham em sua composição gestante deverão realizar o acompanhamento no período do pré-natal e ao puerpério nas unidades de saúde de acordo com as diretrizes nacionais do sistema único de saúde.

**Art. 13** – As unidades familiares com crianças de até seis meses de vida devem realizar o acompanhamento nutricional e alimentar, desenvolvimento infantil e realizar as vacinações nas unidades de saúde de referência de acordo com as diretrizes nacionais do sistema único de saúde.

continua



**Art. 14** – As unidades familiares com jovens e adultos que freqüentarem cursos de capacitação e qualificação profissional devem freqüentar no mínimo oitenta e cinco por cento do curso mensalmente ofertado pela Prefeitura Municipal ou por outra instituição reconhecida pelo Município.

**Art. 15** – As unidades familiares com jovens e adultos que freqüentarem cursos do EJA devem freqüentar no mínimo setenta e cinco por cento do curso ofertado mensalmente.

**Art. 16** – As unidades familiares formada por aposentados do serviço público municipal, que se integrarem no programa, deverão passar por Processo de acompanhamento realizado pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

**Parágrafo Único** – Os aposentados e pensionistas oriundos do serviço público municipal, residente e domiciliados em Cordeirópolis, que se enquadrarem no nível de renda familiar do programa terá direito ao valor teto do programa.

#### **CAPÍTULO IV** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 17** - O Programa Municipal “Comida na Mesa” terá uma “Comissão Gestora”, responsável pela auditoria das inclusões, interrupções e/ou exclusões no programa, bem como do controle dos benefícios concedidos, cuja composição e forma de atuação serão previstas em regulamento.

**Art. 18** - Fica a Secretaria Municipal da Mulher e Desenvolvimento Social responsável pela gestão do Programa “Comida na Mesa” e o Conselho Municipal de Assistência Social responsável pelo acompanhamento e controle social do referido programa, exceção aos casos que envolvem egressos do serviço público municipal, cujo acompanhamento será realizado por “Comissão” Própria.

**Art. 19** – Os valores de referência do programa serão reajustados anualmente por decreto sempre no mês de janeiro, de acordo com os índices inflacionários.

**Art. 20** – Nos 03 (três) meses que antecedem as eleições Municipais não haverá inclusão ou exclusão no programa, exceto nos casos de emergência atestado pelo órgão técnico responsável.

**Art. 21** – O número de beneficiário está limitado as disponibilidades orçamentárias do programa.

continua



**Art. 22** – A Secretaria Municipal da Mulher e Desenvolvimento Social deverá contratar instituição de pesquisa com notório saber na área para realizar o processo de acompanhamento de implementação de política pública, bem como a análise dos resultados de eficiência do programa.

**Art. 23** - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 24** - Incumbe ao Poder Executivo, a regulamentação desta Lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação oficial.

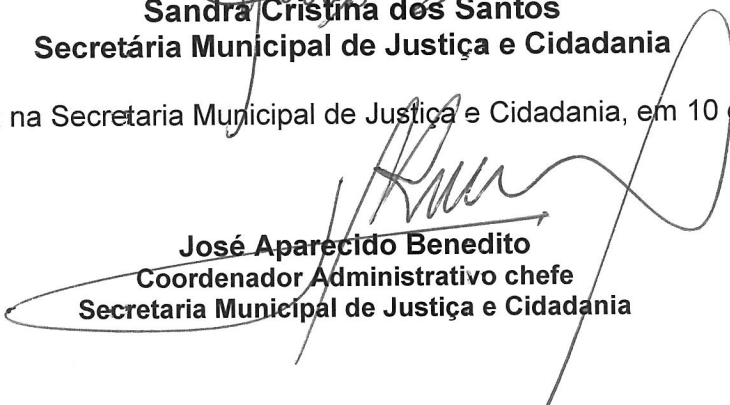
**Art. 25** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especificamente a Lei Municipal nº 3.037, de 12.04.2017.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos 10 de maio de 2021, 123 do Distrito e 74 do Município.

  
**José Adinan Ortolan**  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

  
**Sandra Cristina dos Santos**  
Secretária Municipal de Justiça e Cidadania

Registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania, em 10 de maio de 2021.

  
**José Aparecido Benedito**  
Coordenador Administrativo chefe  
Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania